

INTERVENÇÃO PROFERIDA NO PLENÁRIO
Debate do Programa do X Governo dos Açores

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Há três quartos de século, com a economia norte-americana afogada na Grande Depressão e numa altura em que os americanos – e o Mundo em geral – aspiravam por um maior controlo nas instituições financeiras e pelo combate à especulação, Franklin Roosevelt deitou mão do chamado “*New Deal*”.

Hoje, enquanto o mundo enfrenta dois grandes problemas: as alterações climáticas e as recentes crises financeira, petrolífera e alimentar, assistimos a mais uma importante mudança de paradigma na economia global.

É neste quadro problemático – de crise ambiental e económico-financeira – que o recente relatório do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), denominado “*Green Jobs*”, propõe um Novo Pacto Verde – o “*Green New Deal*” – como forma de responder àqueles problemas, no pressuposto de que a actual crise é uma grande oportunidade para que surja este novo pacto, já que, segundo alguns, a sua superação passa por investir, cada vez mais, nos novos mercados abertos pela designada “Economia Verde”.

Neste contexto, o “*Green New Deal*” enfatiza como questões prioritárias os investimentos nas energias renováveis, na agricultura sustentável, nas infra-estruturas e bens ambientais, na redução das emissões de carbono e no desenvolvimento urbano sustentável, constituindo-se no primeiro relatório do género que aborda, de forma abrangente, a emergência de uma economia verde e o seu impacto sobre o mundo do trabalho no século XXI.

Este novo paradigma económico e de responsabilidade social das empresas motivou também a Iniciativa Business & Biodiversity da União Europeia, lançada no âmbito da derradeira Presidência Portuguesa, que tem como principal objectivo o incremento do relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, como

contributo para a protecção desta e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global.

Estamos, pois, perante uma diferente perspectiva que pode constituir uma poderosa força para se alcançar uma economia global mais eficiente e, sobretudo, mais equitativa, respondendo também – e de uma forma determinante – às aspirações para o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Nos Açores, ao longo da última dúzia de anos, os programas de governo, os instrumentos de planeamento e a prática governativa evidenciaram uma clara opção política e a determinação do Governo e do Partido Socialista na operacionalização do conceito de sustentabilidade, ao contemplarem um inequívoco e constante fortalecimento das políticas públicas de Ambiente.

Em simultâneo, têm-se constatado que o envolvimento da sociedade civil e dos cidadãos constituem elementos fundamentais para o sucesso das políticas de sustentabilidade, verificando-se um empenho crescente dos sectores empresariais açorianos nestas políticas de responsabilidade social.

Caso paradigmático é o da política energética – agora integrada na tutela ambiental – e todo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo em articulação com a empresa concessionária.

Por isto e por tudo o que dela resultou em termos de evolução da nossa matriz energética, focamos a nossa intervenção na política para o sector energético.

Senhor Presidente

Senhores Deputados e Membros do Governo

Se em 1996, os Açores produziam menos de 70 Gwh de energia eléctrica com origem em fontes renováveis, hoje a produção anual já ultrapassa os 225 Gwh. Em doze anos, mais que triplicou a produção, fruto da acertada aposta numa política de incremento das energias endógenas – com destaque para a geotermia – sendo que estas já representam 30% do global da electricidade actualmente comercializada na nossa Região.

Este incremento do potencial endógeno no domínio das energias renováveis – apesar do aumento da produção e do consumo de electricidade verificado – repercute-se na diminuição da produção térmica, tornando o sector cada vez menos dependente dos combustíveis fósseis e evita a emissão anual para a atmosfera de 145.000 toneladas de dióxido de carbono.

A eficiência energética é outra componente essencial da sustentabilidade e, também neste domínio, os resultados verificados nos Açores são merecedores de realce. Desde logo, porque o aumento do consumo de electricidade verificado na Região (3,1% em 2008) é substancialmente inferior ao crescimento médio anual que se tem verificado no território continental (cerca de 5%), e, apesar do manifesto desenvolvimento social e económico, tem vindo gradualmente a decrescer, ano após ano.

Outro aspecto relevante em matéria de eficiência energética é o facto de, no período de 2003 a 2008, ter-se reduzido as perdas no sistema eléctrico regional em 4,6%, baixando de 13% para 8,4%.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo

Os números e os factos evidenciam o acerto e o sucesso das políticas públicas neste domínio e o Programa de Governo, ora em apreciação, confirma essa linha orientadora e acentua a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural assumidas ao longo dos últimos anos.

Desde logo, o Governo, no seu Programa, propõe-se tornar os Açores uma região de referência no domínio da utilização das energias renováveis e afirma – com arrojo – o propósito de, por via do desenvolvimento de novos projectos geotérmicos, hídricos e eólicos, atingir, em seis anos, 50% de produção de energia eléctrica renovável no conjunto do arquipélago.

Este é um objectivo digno de registo, merecedor de aplauso e evidenciador de que o rumo traçado pelo Partido Socialista, na busca de um desenvolvimento sustentável – com uma maior consciencialização e envolvimento de todos, incluindo os sectores empresariais – está a produzir resultados – bons resultados.

E aqui estamos, investidos de nova responsabilidade, prontos para prosseguir-lo, em nome do futuro e sempre com uma nova ambição para os Açores.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2008

O Deputado Regional

Hernâni Jorge